

## Relações de Confiança: a Construção da Credibilidade pela Imprensa em Tempos de Pós-verdade<sup>1</sup>

Luiza GOULD<sup>2</sup>  
Victor ROCHA<sup>3</sup>

Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro

### RESUMO

Intentamos nesta investigação preliminar explorar o momento histórico em que emerge uma era da “pós-verdade” e no qual a presunção de credibilidade (Burge apud Lisboa; Benetti, 2015) no jornalismo é posta em questão, cenário com perceptíveis e substanciais impactos na sociedade. Compreendendo a comunicação como crucial à democracia (Wolton, 2006), refletimos sobre o que leva a tal quebra de confiança e qual seria um primeiro passo para resgatá-la. Neste percurso, recorreremos aos conceitos de jornalismo como crença verdadeira justificada (Lisboa; Benetti, 2015) e cotidiano exercício de suspensão (Moretzsohn, 2007), além de nos debruçarmos sobre o conteúdo da reportagem *A metástase*, da *Piauí*. O trabalho revela bastidores da investigação do assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes.

**PALAVRAS-CHAVE:** jornalismo; credibilidade; pós-verdade.

### Introdução

Em linhas gerais, podemos dizer que a finalidade do jornalismo é produzir relatos sobre o mundo e sobre o homem, de acordo com critérios de noticiabilidade e relevância e utilizando estratégias para justificar a veracidade do que diz. Para isso, o jornalista precisa imaginar um leitor capaz de reconhecer as regras do seu discurso e considerar válido o que é narrado. Do outro lado, o leitor real também deve compreender o que é dito, acionando seus conhecimentos sobre o que deva ser o jornalismo e sobre o que ele supõe que deva ser a competência de um jornalista [...] o *ethos* pré-discursivo do jornalismo implica uma *presunção de credibilidade* (BURGE, 1993). O leitor presume o grau de credibilidade do jornalismo baseado em sua experiência anterior como leitor e na identificação dos valores associados à credibilidade (LISBOA; BENETTI, 2015, p. 17).

O jornalismo vive um conflito: seu público tem cada vez mais certeza de que todo relato é uma versão. Essa noção poderia ser o pontapé inicial para uma leitura mais crítica da mídia, mas, em um período de extremos, incita uma lógica de relativização a um receptor que busca frequentemente reforçar sua própria verdade preconcebida. Assim, o jornalismo tradicional cai em descrédito. Para alguns, o simples fato de o conteúdo vir da mídia é motivo de desconfiança. Numa época em que a credibilidade

---

1. Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

2. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano PPGMC/UFF, e-mail: [luizagould@gmail.com](mailto:luizagould@gmail.com)

3. Mestrando do Programa de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano PPGMC/UFF, e-mail: [victorn@yahoo.com.br](mailto:victorn@yahoo.com.br)

sofre percalços, a profissão precisa resgatar valores, mostrar mais do que nunca no que se fundamenta, reconquistar o leitor. É sobre tal desafio que este artigo se debruça, em um primeiro momento tendo o objetivo de entender como se formou e se fixou esse cenário de crise. Nos perguntamos: o que torna o jornalismo crível? O que o valida como forma de conhecer o mundo e as realidades contidas nele?

Moldado pela corrente iluminista, o jornalismo não raro se vale do ideal de trazer luz ao que está obscurecido na sociedade. Esta mesma corrente propôs métodos e técnicas que serviriam como garantidores de uma verdade objetiva e isenta. Uma lógica cientificista seria capaz de atrelar as publicações dos jornais à ideia de uma produção de conhecimento digna, embasada, valorosa. Mas este “dizer a verdade” associado ao jornalismo sempre precisou de ressalvas, pois o que se tem é uma interpretação do real e “[...] a verdade é sempre uma aproximação” (LISBOA; BENETTI, 2015, p. 16) que deve ser plausível e justificável. Ou seja, há sim um grau de relatividade, mas ele não é sempre assumido, permanece tradicionalmente encoberto pelo discurso da objetividade. Essa lógica tecnicista e racionalista costumava trazer segurança à credibilidade das narrativas da mídia, até a era da pós-verdade inverter as regras do jogo.

Os riscos dessa mudança são trabalhados no segundo tópico do artigo, quando passaremos a refletir sobre a importância do retorno da presunção de credibilidade (BURGE apud LISBOA; BENETTI, 2015, p. 17), já que revalorizar o conceito de comunicação pode ser tomado como “[...] a primeira etapa da revolução da coabitação e do diálogo” (WOLTON, 2006, p. 222). Analisaremos a cobertura jornalística de um crime ocorrido no Rio de Janeiro, mas motivo de comoção nacional: o assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, executados enquanto, juntos da assessora Fernanda Chaves, voltavam para casa no dia 14 de março de 2018. Teremos como base para esta discussão reportagem da revista *Piauí* que traça um panorama do avanço das milícias no Rio e o correlaciona com o assassinato, além de apresentar a atuação da imprensa na cobertura das investigações.

### **O Alvorecer de um Embate: Jornalismo como Verdade ou Verdade Relativa?**

A corrente iluminista foi a grande influenciadora da modernidade. Nesse período, o homem passava a se reconhecer como um ser autônomo, capaz de agir sobre a natureza e sobre a sociedade a partir da sua razão lógica. Houve o que Max Weber (2004) chamou de “desencantamento do mundo”, uma nova percepção da realidade que

teria deslocado folclores e religiões para as esferas do que fosse considerado irracional. Essa lógica ganharia força, tornando-se o pilar de uma era que tem raízes ainda fortes, na qual a ciência objetiva e comprobatória define primeiro o que é a verdade.

É a partir desta constatação de Weber que o sociólogo francês Michel Maffesoli (2010, p. 39) define a pós-modernidade, o contemporâneo, como o momento em que ocorre um “reencantamento” do mundo. Para o autor, a grande marca desse tempo, que seria de transição, é o retorno aos afetos, a uma ciência que volta a contemplar o subjetivo após um longo período de contenção devido à lógica racionalista imposta na modernidade. Da era da razão, aos poucos nos transportamos para um período em que “[...] o instinto avança sobre o racionalismo abstrato” (MAFFESOLI, 2014, p. 7).

Não é difícil compreender o que fala Maffesoli acerca do retorno dos afetos na pós-modernidade. Verificamos empiricamente diferentes fenômenos nos quais a subjetividade ganha destaque no cotidiano, sobretudo causando quebras de narrativas. Observamos, por exemplo, teorias sem fundamentação acadêmica ganharem cada vez mais adeptos pelo mundo, como as campanhas antivacinação<sup>4</sup>. Os grupos que se recusam a vacinar a si próprios e a seus filhos foram alavancados nos últimos anos por páginas das redes sociais que divulgam pesquisas sem base científica. Em uma verificação rápida no Facebook, encontramos mais de 24 mil seguidores em cinco diferentes grupos abertos com essa temática<sup>5</sup>. Esses movimentos são apontados como um dos principais fatores para o recente surto de sarampo na Europa<sup>6</sup>. No Brasil, essa onda também preocupa. Apesar de o país contar com um dos mais reconhecidos programas públicos de vacinação do mundo, em 2018 a cobertura da segunda dose da vacina tríplice viral (que protege contra sarampo, caxumba e rubéola) teve adesão de apenas 76,7% do público-alvo. A antivacinação é um exemplo que relativiza a ideia contratualista antes firmada de que o sujeito social confia em instituições e profissionais habilitados para determinada ciência. O assunto é levantado por Lisboa e Benneti (2015, p. 20), em análise sobre tal cenário na comunicação:

Quando um indivíduo vai ao médico, via de regra, não tem condições de avaliar a correção ou incorreção do tratamento que lhe é recomendado. Mas ele confia no conhecimento especializado do médico. Embora o leitor não tenha acesso

---

4. Essa teoria indica que haveria um grande pacto entre governos e indústrias farmacêuticas para vender vacinas, que em vez de ajudarem na prevenção de doenças, seriam capazes de causá-las, levando até mesmo ao autismo.

5. Dentre eles estão os grupos nominados “O lado obscuro das vacinas” (12 mil membros), “Sou contra a Vacina HPV” (5,9 mil membros), “VACINAS: O maior CRIME da história” (5 mil membros), “Debatendo sobre as vacinas” (550 membros) e “Vacinas X Religião” (560 membros).

6. Mais de 41 mil pessoas na Europa foram infectadas pelo sarampo nos primeiros seis meses de 2018, segundo alerta emitido pela Organização Mundial da Saúde (OMS). O número foi um recorde na década para o período verificado.

aos critérios de seleção que orientaram a veiculação de uma notícia, ele aparentemente confia na veracidade do que está sendo relatado e na relevância da escolha feita pela imprensa.

Por que isso mudou? E em que nível? Estamos na era das incertezas e, neste contexto, nos propomos a refletir sobre caminhos possíveis a um jornalismo que busca reencontrar a estabilidade relacional com seu público.

Lembramos que em 2016 a presidente eleita Dilma Rousseff sofreu processo de *impeachment* após uma semana na qual 3 das 5 notícias mais compartilhadas por usuários brasileiros no Facebook eram falsas<sup>7</sup>. Em paralelo, *post-truth* (pós-verdade) foi eleita pelo Dicionário Oxford como “a palavra do ano” neste mesmo período<sup>8</sup>. Segundo verbete online, o adjetivo relaciona ou denota “[...] circunstâncias nas quais fatos objetivos têm menos influência em moldar a opinião pública do que apelos à emoção e a crenças pessoais” (POST-TRUTH, 2019, tradução nossa). Essa mudança de perspectiva deve ser analisada com atenção, já que divulgação recorrente de notícias falsas, num processo gradual, causa também a banalização da mentira.

O presidente Jair Bolsonaro – democraticamente eleito após uma histórica divulgação de notícias falsas<sup>9</sup> a seu favor, ou que atacavam seu então adversário de campanha, Fernando Haddad – pareceu tirar proveito estratégico desta banalização em diversos momentos. Mesmo depois de eleito, ele continua aproveitando o que foi estabelecido na pós-verdade para a manutenção de sua imagem, assim como das instituições com as quais mais se identifica, como as Forças Armadas.

Tomemos como exemplo a patrulha do Exército brasileiro que alvejou o carro de uma família no Rio de Janeiro com cerca de 200 tiros, assassinando o músico negro Evaldo Rosa dos Santos e o catador de papel Luciano Macedo, por supostamente ter confundido o veículo com o de bandidos. A ação militar que resultou na morte de dois

---

7. Um levantamento do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Acesso à Informação da USP, divulgado no dia 17 de abril de 2016 pela BBC Brasil, revelou que 3 das 5 reportagens mais compartilhadas por brasileiros no Facebook entre 4 e 8 de abril, semana anterior à votação do *impeachment* na Câmara dos Deputados, eram falsas: "Polícia Federal quer saber os motivos para Dilma doar R\$30 bilhões a Friboi", "Presidente do PDT ordena que militância pró-Dilma vá armada no domingo: 'Atirar para matar'" e "Lula deixa Brasília às pressas ao saber de nova fase da Lava-Jato. Seria um mandado de prisão?". Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160417\\_noticias\\_falsas\\_redes\\_brasil\\_fd](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160417_noticias_falsas_redes_brasil_fd)> Acesso em: 7 maio 2019.

8. O dicionário citou dois casos que teriam alavancado o uso do termo no debate político internacional em 2016: a decisão do Reino Unido em sair da União Europeia e a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos. Disponível em: <<https://languages.oup.com/word-of-the-year/word-of-the-year-2016>> Acesso em: 12 jun. 2019.

9. Notícias falsas como as do *kit gay* e da mamadeira erótica, por exemplo, foram duas das mais replicadas durante o ano. Na primeira, dizia-se que os partidos de esquerda (oposição a Bolsonaro) distribuiriam kits nas escolas primárias para ensinar as crianças a serem homossexuais. Na segunda, dizia-se que uma mamadeira com o bico em formato do órgão sexual masculino seria distribuída nas escolas públicas caso o candidato do PT, Fernando Haddad, fosse eleito.

civis se deu em 6 de abril de 2019. Bolsonaro se pronunciou no dia 12 de abril, quando as notícias de então se referiam a um número menor de tiros, mas ainda substancial: 80. O presidente afirmou que “O Exército não matou ninguém, não. O Exército é do povo. A gente não pode acusar o povo de ser assassino, não. Houve um incidente” (informação verbal)<sup>10</sup>. O comentário tardio foi feito apesar de, nestes seis dias, vídeos da execução terem circulado através da mídia. Cerca de um mês antes, em 10 de março de 2019, Bolsonaro compartilhou notícia falsa<sup>11</sup> no *twitter* presidencial, com acusações à jornalista Constança Rezende, sobre a qual escreveu:

Constança Rezende, do “O Estado de SP” diz querer arruinar a vida de Flávio Bolsonaro e buscar o Impeachment do Presidente Jair Bolsonaro. Ela é filha de Chico Otávio, profissional do “O Globo”. Querem derrubar o Governo, com chantagens, desinformações e vazamentos (sic).

De acordo com a publicação compartilhada, Constança teria dito em uma gravação que, através do seu trabalho jornalístico investigativo, “[...] a intenção é arruinar Flávio Bolsonaro e o governo”. A frase, no entanto, não está nos áudios divulgados. Assim, a publicação de Bolsonaro parece ter a finalidade apenas de atacar diretamente dois grandes jornais do país, que têm o destaque das aspas na mensagem.

Nestes dois casos, fica clara a tentativa consciente de relativizar o real. Ao desmerecer a imprensa em uma longa construção de sentido, Bolsonaro desenvolve um terreno político reativo a quaisquer tipos de denúncias, blindando suas ações através da pós-verdade de um público que aprendeu a não confiar em nada além de suas próprias crenças pré-produzidas. Em paralelo, o noticiário tradicional parece também perder relevância com a popularização das diversas mídias segmentadas que se desenvolvem com a internet. Neste contexto, o jornalismo tem o papel fundamental de recosturar as coisas, reencontrar-se com seu público e, então, abrir caminhos para novas percepções que combatam uma polarização acrítica das ideias instaladas no senso comum.

Essa não é uma tarefa fácil. No jogo das subjetividades, ao definir-se um olhar voltado ao mundo através de experiências afetivas, muitas vezes aproxima-se realidade e ficção. Isso porque há, nas subjetivações pessoais, um caráter íntimo e de repertório interpretativo. Trata-se de um processo inevitável, mas que pode se tornar perigoso. Umberto Eco (1994) explica que, às vezes, a realidade completa a ficção e, em outras, a

---

10. Fala proferida por Bolsonaro à imprensa no dia 12 de abril de 2019, em Macapá, onde estava para inauguração de um aeroporto.

11. A notícia foi publicada pelo site *Terça-Livre* e continha áudios de uma entrevista em inglês que a jornalista havia dado a um suposto estudante francês.

ficção completa a realidade. Por isso, não é preciso ter todas as mínimas informações que estruturam um mundo ficcional para compreendê-lo através do imaginário. Transfere-se automaticamente a experiência do mundo real para completar as lacunas descritivas do mundo ficcional. Isso acontece muitas vezes; por exemplo, com os fenômenos físicos. Mesmo lendo um conto de fantasia, supõe-se, a princípio, que existam nele condições como gravidade, ar, cores etc. Ninguém precisa explicar isso. Da mesma forma, completam-se as lacunas do mundo real com o ficcional. Por isso lendas, folclores e mitos foram criados ao longo da história, pelos mais diversos povos, tanto para explicar fenômenos naturais como para aplicar sentidos à vida.

Buscando exemplificar, Umberto Eco (1994) relembra um caso que aconteceu em 31 de março de 1982, quando o jornal *Clarín*<sup>12</sup> publicou uma nota informando que a Inglaterra enviara o *HMS Superb*, um enorme submarino nuclear, para as proximidades da Argentina. O texto era baseado apenas em relatos. Nenhuma autoridade veio a público desmentir a informação. A notícia gerou medo e cada vez mais pessoas afirmavam ter visto o submarino em águas argentinas. Apesar de diversas inconsistências, as contradições não foram suficientes para interromper a série de boatos acerca do *Superb*. Tratava-se de uma ficção, mas que se tornou importante para completar lacunas deixadas pela realidade. Isso porque os avistamentos desse submarino serviram como base argumentativa da força militar argentina para se envolver na Guerra das Malvinas<sup>13</sup>.

O autor explica ainda que grande parte do que acreditamos serem fatos, inclusive que pensamos ter visto ou vivido, foram criações imaginárias baseadas na confiança. A maior parte do nosso conhecimento objetivo sobre o mundo nos foi relatado e não vivenciado. Ainda assim, sentimos quase como se tivéssemos contato direto com determinada circunstância histórica. “Não é através da experiência que eu sei que Napoleão morreu em 1821. Mais ainda, se tivesse que depender unicamente da minha experiência, eu sequer poderia dizer que Napoleão existiu”, explica Eco (1994, p. 95). A partir disso, ele trata da complexidade da nossa percepção sobre o que é verdadeiro ou falso, e a linha tênue da construção da realidade diante da ficção.

A experiência e uma longa série de decisões que me levaram a confiar na comunidade humana me convenceram de que o que a Enciclopédia Total descreve (em geral de maneiras contraditórias) representa uma imagem

---

12. Um dos veículos mais tradicionais da mídia Argentina, fundado em 1945.

13. É importante incentivar uma análise crítica sobre o silêncio de fontes oficiais em casos como este, quando não convém desmentir boatos, já que eles podem favorecer estratégias políticas.

satisfatória do que eu chamo de mundo real. Em outras palavras, o modo como aceitamos a representação do mundo real pouco difere do modo como aceitamos a representação dos mundos ficcionais (ECO, 1994, p. 96).

Partindo dessa reflexão, podemos compreender que o próprio jornalismo, assim como a produção científica histórica, é um destes construtores da realidade, que compartilha potências da criação promovida pela experiência. Sobre o caso envolvendo o *Superb*, Eco (1994, p. 106) complementa dizendo que foi exatamente o que aconteceu com o submarino: “Uma vez postulado pelo discurso da mídia, ele estava ali. E como compete aos jornais dizer a verdade sobre o mundo real, as pessoas se esforçaram ao máximo para avistar o submarino”.

O autor explica, entretanto, que essa não foi tão somente uma construção midiática. Foi fruto da imaginação e do querer de muitos, talvez pela própria emoção que a história proporcionou. Ou seja, o público gostaria que fosse real e tinha ferramentas no imaginário formado pela sua experiência para validar isso. O humano tende a procurar meios para confirmar seu sistema de crenças sob um viés de conveniência. Podemos entender que essa é a mesma lógica que sustenta as *fake news*<sup>14</sup>. Nesse caso, tem-se uma percepção de verdade através de uma ficção que reitera determinada opinião, advinda da necessidade de “estar certo”. Trata-se de uma relação de construção inerente ao ser humano. Mas o que diferenciaria o período contemporâneo dos demais? O que nos leva à atual descrença na mídia tradicional?

A internet revolucionou a relação do indivíduo com a comunicação, e trouxe preocupação a Umberto Eco. Em 2015, durante um discurso ao receber o título de Doutor *Honoris Causa* em Comunicação e Cultura, ele disse que “[...] o drama da internet é que ela promoveu o idiota da aldeia a portador da verdade” (informação verbal)<sup>15</sup>. A frase chama a atenção para a facilidade com que qualquer tipo de ideia pode chegar até um grande público pela internet, mesmo sem precisar antes conquistar o apoio das grandes mídias ou editoras. Na contemporaneidade existe, então, maior acesso para qualquer tipo de ideologia, ideia ou boato serem disseminados de forma viral, assim como em encontrar grupos que os apoiem e fortaleçam.

A questão entre ficção e realidade ganha certa urgência quando uma das maiores ferramentas de equilíbrio social das noções de verdade e realidade, o jornalismo, cai em

---

14. Com o tempo, o termo *fake news* passou por diversas ressignificações. Neste artigo, o empregamos em referência à “desinformação”, a divulgação de notícias falsas que imitam os formatos tradicionais jornalísticos.

15. Comunicação proferida por Umberto Eco na Universidade de Turim, Itália, em 10 de junho de 2015.

demérito popular. Essa descrença nos formatos tradicionais de mídia, por vezes articulada como estratégia política, coloca em questão a validade do jornalismo em nossa época. De acordo com os estudos de Sílvia Lisboa e Marcia Benetti (2015), o jornalismo se justifica não só pela confiabilidade constituída, que ele mesmo prega, mas também pela confiabilidade percebida pelo público. As autoras utilizam a teoria confiabilista de Goldman (1979) para afirmar que a crença atribuída ao jornalismo durante os anos se dá pelo viés científico, ou seja, porque há nele processos, faculdades e métodos confiáveis, que encontram verossimilhança com a realidade experimentada pelos leitores. Assim, ao “[...] cumprir a função que lhe cabe, o jornalismo estaria dando *garantias* da sua credibilidade” (LISBOA; BENETTI, 2015, p. 16).

Isso nos leva a crer que, para que haja uma retomada de valores do jornalismo, deve-se primeiro recuperar a credibilidade. A tarefa não é fácil em um momento no qual tudo é questionável e relativo, mesmo em embates sobre opinião e cientificismo. Mas não podemos deixar de nos questionar sobre que, talvez, boa parte dessa descrença tenha se construído após uma série de decepções do público com os veículos de mídia. Ou seja, é fruto da falta de verossimilhança entre o que sempre foi veiculado e sua realidade cotidiana. Se for verdade, é possível que a imprensa se recupere de forma gradativa ao aproximar-se do dia a dia de seu público.

### **Por um Resgate da Confiabilidade**

Como vimos, a credibilidade e a confiança já não são garantias para os meios de comunicação da mesma forma que antes. Há uma tendência ao questionamento por parte de leitores, telespectadores e ouvintes. Apesar dos problemas, este cenário ajuda a desfazer a falsa premissa do jornalista como mensageiro, que apenas leva ao público a verdade. Como sabemos, a atividade do repórter não é só relatar os fatos, isentando-se da responsabilidade pelo que noticia, como argumenta Sylvia Moretzsohn recorrendo ao português José Vitor Malheiros (apud MORETZSOHN, 2007, p. 120):

Os jornalistas não são mensageiros porque o seu papel não consiste em transportar de um lugar para outro – das folhas de um processo para as páginas de um jornal, por exemplo – uma dada mensagem. Um jornalista não é um estafeta reduzido ao papel de mero transporte [...] os jornalistas sendo mediadores porque estabelecem uma mediação entre leitores e sociedade, são produtores de informação e possuem o dever de escolher filtrar e validar as informações que dão – a partir da informação que recolhem ativamente ou que recebem passivamente – e até de traduzir, decodificar, explicar, enquadrar ou mesmo comentar as notícias que o exijam. São os autores das notícias.



Antônio Werneck é o autor do conteúdo que foi a manchete do jornal *O Globo* no dia 9 de maio de 2018: “Delator envolve vereador no assassinato de Marielle”. A publicação traria consequências para o desenrolar das investigações sobre o assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes em março do mesmo ano. Como relata a reportagem *A metástase* (2019), da revista *Piauí*, Werneck é apresentado, por três delegados, a Rodrigo Jorge Ferreira. O sargento da Polícia Militar procurou pelo jornalista um mês após a execução de Marielle e Anderson no Rio de Janeiro. Seu objetivo era apontar como responsáveis pelo crime o vereador do PHS Marcello Siciliano e o ex-policial Orlando Oliveira de Araújo, que cumpre pena acusado de chefiar milícia em Curicica, Zona Oeste da cidade. Trazemos o caso por considerá-lo um bom exemplo da distinção entre mensageiro e mediador. Werneck e sua chefia de reportagem aguardam Ferreira prestar depoimento para os três delegados, e ainda para a Delegacia de Homicídios, para então divulgar a denúncia, mas ao que tudo indica ela era falsa, como passou a desconfiar a Polícia Federal, chamada para apurar a atuação da Polícia Civil na busca pelos culpados. A revista *Piauí* mostra o porquê do envolvimento de Siciliano e Curicica ser posto em dúvida.

A partir daquele dia, Siciliano e Orlando da Curicica passaram a ser tratados como os principais suspeitos pelos assassinatos. O vereador deu dois longos depoimentos ao delegado Ginton Lages, sempre rebatendo o relato da testemunha. Siciliano não demorou a enxergar naquele enredo as digitais da família Brazão. Os irmãos Domingos e Chiquinho Brazão são velhos conhecidos da política carioca [...] Os currais eleitorais dos irmãos Brazão e de Siciliano espalham-se pela mesma região do Rio, os bairros da Zona Oeste situados entre o Parque Nacional da Tijuca e o Parque Estadual da Pedra Branca [...] Em meados de abril do ano passado, antes da publicação da reportagem de Antônio Werneck, Chiquinho e Domingos convidaram Marcello Siciliano para um almoço no Terraço Restaurante, no Centro do Rio. Conforme relato de Siciliano sobre a conversa, Domingos lhe disse que Chiquinho iria se candidatar a deputado federal nas eleições de outubro. Como sabia que o rival também planejava sua candidatura, foi direto ao ponto: “Marcello, vou te pedir um favor. Não me atrapalha, porque precisamos ganhar essa eleição”. Dois interlocutores de Siciliano confirmaram o diálogo à *Piauí*. Chiquinho não quis se pronunciar sobre o episódio. À polícia, Domingos negou ter desavenças políticas com o rival da família. Acuado pelo caso Marielle, depois das acusações veiculadas em maio, Marcello Siciliano desistiu de disputar as eleições de 2018. Chiquinho se elegeu deputado federal pelo Avante – em todas as quinze seções eleitorais da favela de Rio das Pedras ele foi o campeão de votos (ABREU, 2019, p. 22-23).

A passagem dá margem ao entendimento de que Werneck é usado por suas fontes. Um dos delegados que o apresenta a Ferreira já foi investigado em outras ocasiões por envolvimento em ações ilícitas e, segundo a *Piauí*, é amigo de Domingos

Brazão. Logo, haveria interesses políticos em atrelar o nome de Siciliano ao assassinato de Marielle, que ganhou repercussão nacional em pouco tempo. Considerando que o jornalista não tem tão somente a função de transmitir uma informação e sim de mediá-la, validando o que escreve, não se pode negar que parte da responsabilidade pela investigação tomar um rumo que a afastou dos verdadeiros culpados é do repórter. Mais importante aos fins deste artigo, no entanto, é fazermos uma pergunta: se o próprio repórter, com *expertise* neste tipo de cobertura – a revista lembra que Werneck trabalha em *O Globo* há 29 anos e é especialista em “[...] investigações na área de segurança pública” (Ibidem, p. 21) – é passível de cometer erros, que possuem implicações diretas na sociedade, como seria se o cidadão buscasse a verdade por si próprio, sem mediação?

Ao tratar do “jornalismo participativo”, que usa assim mesmo, entre aspas, Sylvia Moretzsohn (2007) fornece contribuições importantes para se pensar nesta questão. Quando problematiza a participação dos cidadãos, ela dirige críticas à *Wikipédia*, que se propõe a ser uma enciclopédia *online* na qual voluntários deixam suas contribuições, e ao jornal coreano *Ohmynews*, cujos repórteres são “[...] qualquer pessoa que procura novidades, escreve sobre elas e as compartilha com outros”, pois “todo cidadão é um repórter”, como diz seu fundador, Yeon-ho (apud MORETZOSH, 2007, p. 269). A autora argumenta que

[...] leitores de uma coluna especializada podem saber mais que o colunista, devido justamente à especialização no tema; fontes também são leitores, e sabem mais que o jornalista – exatamente por isso são fontes; mas o público em geral necessariamente sabe menos, e se quiser informar-se precisará recorrer a algum meio confiável (Ibidem, p. 265-266).

A confiança passa por uma “qualificação específica” (Ibidem, p. 276), que “qualquer pessoa que procura novidades” não detém, pois não possui a compreensão “[...] de determinadas técnicas e uma formação capaz de dar ao profissional condições de mover-se nesse *terreno conflituoso em que tantos interesses disputam o espaço midiático*, além das imprescindíveis referências éticas envolvidas na tarefa de informar” (Ibidem, grifos nossos). O “terreno conflituoso” está por trás e justifica o conselho da editora de Treinamento da *Folha de S. Paulo*, Ana Estela de Sousa Pinto (2009, p. 185): “Durma com os tubarões. Mantenha os olhos abertos: fontes famosas procuram ‘surfear’ na notícia e sabem como manipular jornalistas. Não fique amigo das fontes. Ganhe o respeito delas com matérias bem apuradas e bem escritas”. A apuração foi o que fez a diferença, por sua vez, no caso da cobertura de Vera Araújo (2018), também para o

jornal *O Globo* e igualmente sobre o crime ocorrido no bairro do Estácio. Novamente os bastidores puderam ser conhecidos através da *Piauí*.

Na noite de 21 de março, quarta-feira, a jornalista Vera Araújo, d'O Globo, decidiu ir até o cruzamento das ruas Joaquim Palhares e João Paulo I, onde tinha ocorrido o crime uma semana antes. Seu objetivo era localizar alguém que habitualmente passasse por aquele local sempre às quartas-feiras, entre nove e nove e meia da noite. Foi assim que ela encontrou duas testemunhas, que não tinham sido ouvidas pela polícia. Uma delas era um morador de rua, que presenciou o crime a uma distância de apenas 10 metros. “Foi tudo muito rápido. O carro dela [Marielle] quase subiu na calçada. O veículo do assassino imprensou o carro branco [onde estava a vereadora]. O homem que deu os tiros estava sentado no banco de trás e era negro. Eu vi o braço dele quando apontou a arma, que parecia ter silenciador”, disse o homem – para protegê-lo de uma possível retaliação, a jornalista não o identificou na reportagem. Uma mulher também viu a cena, embora de uma distância maior. Tanto ela quanto o morador de rua contaram à repórter que PMs do 4º Batalhão, em São Cristóvão, chegaram minutos após o crime e pediram para que todos se afastassem do local, sem se interessar por possíveis testemunhas. Antes de publicar a reportagem, Araújo telefonou para o então chefe da Polícia Civil do Rio, Rivaldo Barbosa. “Ele nem deu bola. Depois que publicamos a história, ficou irritado, dizendo que eu expus aquelas pessoas”. A mulher encontrada por Araújo só foi ouvida duas semanas depois pela polícia, que não conseguiu localizar o morador de rua (ABREU, 2019, p. 21).

Ao ir à rua, na melhor definição do que o repórter veterano Ricardo Kotscho quer dar a entender ao cunhar a expressão “sujar os sapatos”<sup>16</sup>, Vera Araújo tem a chance de entrevistar testemunhas oculares do assassinato. Suas fontes – e aqui é importante o plural, pois a jornalista não se filia a um único testemunho, confronta as afirmações – conhecem pormenores importantes como características da arma, posição do atirador, o exato ponto em que o carro dirigido por Anderson é imprensado. Ao ouvir personagens comuns, vivendo seus cotidianos no dia 14 de março até a interrupção brusca causada pelos tiros, o que a repórter estabelece é um encontro, conselho dado pelo francês Dominique Wolton (2006, p. 15), para quem comunicar “é também *fazer*, ou seja, reconhecer a importância do outro, ir ao encontro dele. Comunicar é também agir”. O sociólogo chega mesmo a comparar a Comunicação com a Democracia<sup>17</sup>:

O outro está ali, visível, onipresente, mas tão diferente. E é aí que a comunicação reencontra a política, a democracia, o humanismo. Comunicar é descobrir o incomunicável, a alteridade radical e a obrigação de organizar a

---

16. Humberto Werneck (2004, p. 527) cita a “arte de sujar os sapatos” em posfácio do livro *Fama e Anonimato*, de Gay Talese, atrelando a origem da frase a Kotscho: “A um colega, intrigado ao vê-lo abancado, quase todo dia, numa cadeira de engraxate na alameda Santos, Ricardo Kotscho explicou: ‘É que eu preciso! Repórter que vai à rua suja os sapatos’”. A expressão tornou-se sinônimo do ato de ir à rua apurar a informação.

17. Também o fazem outros autores, entre eles a brasileira Cremilda Medina (apud LIMA, 2004, p. 23), ao aproximar um gênero específico do jornalismo da democracia: “É a pluralidade de vozes e a pluralidade de significados sobre o real que fazem com que a reportagem se torne um instrumento de expansão e instrumentação plena da democracia, uma vez que a democracia é polifônica e polissêmica”.

coabitação. É nisso que a comunicação é um conceito democrático e humanista, na mesma veia que os conceitos de liberdade, igualdade, fraternidade (WOLTON, 2006, p. 219-220).

Para ele, comunicar é partilhar, coabitar o outro, percepção que deveria ter baseado também a ação da polícia, mas, como mostra a *Piauí*, o depoimento da testemunha só é colhido após a publicação da matéria por Vera Araújo, o que se deu em 1º de abril de 2018, mais de duas semanas após o crime. Aqui é preciso ressaltar quando o discurso do jornalismo enquanto “quarto poder”<sup>18</sup> tem contemplada a sua razão de ser.

Deveria ser evidente: o jornalista é aquele profissional autorizado a estar onde o público não pode estar, e por isso tem direito ao acesso a fontes através das quais pode apurar as informações necessárias à sociedade. Este é nada menos que o status conferido pelo velho conceito de “quarto poder”, que, apesar de problemático – pois mascara a defesa de interesses particularistas em nome do interesse geral –, é o que garante ao jornalista o reconhecimento social de seu papel de mediador (MORETZSOHN, 2007, p. 266).

Apesar de no exemplo citado as fontes consultadas terem sido os anônimos e não pessoas de mais difícil acesso, a jornalista é quem possui a abertura necessária para depois cobrar explicações da Polícia Civil sobre a falta de interesse em ouvir quem estava na cena. E a consequência de seu esforço de apuração é a mudança da realidade: a polícia volta atrás em sua decisão de ignorar aqueles observadores. Em outro trabalho, desta vez em parceria com o repórter Chico Otavio, Vera Araújo permite ainda que um dos nomes acusados pelo sargento Ferreira tenha espaço no jornal para dar a sua versão dos fatos: a dupla entrevista Orlando da Curicica. O ex-policial fornece detalhes do depoimento dado à procuradora Caroline Maciel em agosto, no Presídio Federal de Mossoró, Rio Grande do Norte, para onde é transferido após a repercussão do seu suposto envolvimento no assassinato de Marielle. Curicica fala sobre o Escritório do Crime, milícia que atua na Zona Oeste e é suspeita de diversos assassinatos, pelos quais recebe dinheiro. O grupo já estava no radar da polícia por conta de um integrante que havia andado pela região dias antes do crime. Para além dessas informações, Curicica denuncia o que teria sido uma tentativa de coerção do responsável, desde o começo das investigações, pela Delegacia de Homicídios da Capital (ABREU, 2019, p. 24).

Na matéria de *O Globo*, não é citado o nome do delegado Ginton Lages, mas os repórteres afirmam que procuraram a Secretaria Estadual de Segurança, embora o órgão

---

18. A ideia da mídia como um “quarto poder” surge na Inglaterra em 1828 com Thomas Macaulay, no contexto das revoluções liberais que findaram o século anterior e consagraram o princípio da divisão de três poderes concebidos por Montesquieu (Executivo, Legislativo e Judiciário): a imprensa seria esse elemento capaz de fiscalizá-los, para defender a sociedade de potenciais abusos do Estado (MORETZSOHN, 2007, p. 117).

não tenha se pronunciado. É ainda reiterada a possibilidade da federalização do caso (OTAVIO; ARAÚJO, 2018), o que acabou acontecendo. Vemos aí uma atuação crucial da imprensa na ajuda à fiscalização do trabalho da polícia, e ao bom andamento das investigações, o que também está por trás do conceito de “quarto poder”, apesar das ponderações que devem ser feitas a ele<sup>19</sup>. Advém desta atuação o “reconhecimento social” do jornalista enquanto mediador, como afirma Moretzsohn (2007, p. 266).

É possível compreender, assim, os motivos pelos quais a busca por um resgate da credibilidade e da confiança no jornalismo é tão necessária. Afinal, Lisboa e Benetti (2015, p. 18) lembram que “por ter obrigações especiais, o jornalismo oferece *garantias* para a crença nos seus relatos. Isso porque nenhum indivíduo consegue reunir informação por conta própria para verificar com precisão a autenticidade de um relato”. Essas “garantias” advém dos “[...] processos, faculdades e métodos confiáveis” (Ibidem, p. 16) que precisam estar postos no discurso jornalístico. As autoras falam em cinco condições para o leitor aferir como credível o que lhe é narrado: ele precisa saber “[...] para quê se diz, o que se diz, quem diz e para quem, *em que condições se diz* e como se diz” (Ibidem, p. 17, grifo nosso). Relatar as condições do dizer está relacionado à transparência, e é o que a reportagem da revista *Piauí* faz ao expor como se constituíram as notícias relacionadas ao assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes.

Tal transparência, por sua vez, deve andar lado a lado com o senso crítico, tão necessário a fazer que lida diretamente com o cotidiano naturalizado. Está aí a principal defesa de Sylvia Moretzsohn (2007) em *Pensando contra os fatos*. Em sua obra, a pesquisadora parte da suspensão do cotidiano<sup>20</sup> proposta pelo húngaro Georg Lukács (1974), para defender o jornalismo como “um cotidiano exercício de suspensão”:

Pois é precisamente por estar referido ao cotidiano e por legitimar-se socialmente através do ideal iluminista de esclarecimento que o jornalismo se singulariza entre as demais atividades: se “esclarecer” exige a desnaturalização dos fatos, resultante do que Lukács chamava de processo de suspensão da cotidianidade, e se o jornalismo se desenvolve no cotidiano, então ele terá de realizar *um cotidiano exercício de suspensão*, ou estará traíndo seu ideal (MORETZSOHN, 2007, p. 286, grifo nosso).

---

19. Como lembra Moretzsohn, ao conceito de “quarto poder” está atrelada a imagem de isenção: “De par com essa concepção segue a ideia de que, uma vez disponibilizando as informações (ou ‘relatando fatos’), o público estará apto a tirar as suas próprias conclusões (isto é, a ‘pensar por si’). É uma afirmação sistematicamente reiterada, que desconhece não apenas o processo de construção da notícia, resultante de mediações discursivas inerentes ao trabalho jornalístico, como a força do preconceito arraigado no senso comum” (MORETZSOHN, 2007, p. 120).

20. O cotidiano é o centro do acontecer histórico para Lukács, embora também seja caracterizado pela “[...] relação direta entre pensamento e ação” (MORETZSOHN, 2007, p. 53). Logo, seria preciso suspender-se do cotidiano, para a ele retornar: “[...] Lukács (1974<sup>a</sup>, p. 45) utiliza a metáfora da cotidianidade como um grande rio, ao mesmo tempo fonte e desaguadouro das ‘formas superiores de recepção e reprodução da realidade’ (a ciência e a arte), pois é das demandas práticas do cotidiano que elas partem, e é a esse leito que retornam, enriquecendo-o” (Ibidem, p. 52-23).

## Considerações Finais

Se para Dominique Wolton (2006), tal qual o título de sua obra traduzida para o português em 2006, é preciso salvar a comunicação, porque ela abarca a relação com o outro, discorremos neste artigo sobre o que poderíamos considerar uma salvação correlata: a da credibilidade do jornalismo, profissão que se baseia em um ideal de esclarecimento. Apesar de nem sempre esclarecer, por cair no senso comum, pelo fato de não serem exploradas fissuras da rotina produtiva, ou mesmo por erros, como se deixar levar pela manipulação das fontes, vimos que o jornalismo possui este potencial e é crucial para a manutenção da democracia em tempos de *fake news*.

Neste percurso investigativo, verificamos que o jornalismo brasileiro pode mirar em duas estratégias de renovação: recuperar seus valores e reforçar junto ao público seu papel de fonte confiável de informações, ao propor lógicas e abordagens passíveis de serem reafirmadas pela experiência vivida da população; e sendo cada vez mais transparente, expondo suas lógicas de produção, seu caráter subjetivo e parcial, envolto concomitantemente por questões éticas, função e estrutura. É preciso aproximar-se do público, e a abordagem dos afetos aparece como uma das vias possíveis para tal. Essa breve análise mostra-se pertinente para compreendermos ainda melhor o reerguimento da subjetividade. O que foi reprimido durante a modernidade pelo culto racionalista se liberta com força, explode na pós-modernidade, sem direção. Cabe-nos verificar as melhores maneiras de se agir sobre essa energia.

Longe de termos uma resposta definitiva, consideramos que a aproximação com o cotidiano e o uso do senso crítico por parte dos repórteres podem ser caminhos para uma nova conexão com o público, a partir da qual fique clara a relevância da formação na complexa atividade de mediar. Deixamos, assim, um questionamento que possa ser usado como mote para estudos futuros: o que mais o jornalismo pode fazer em vistas a resgatar a presunção de credibilidade?

## REFERÊNCIAS

ABREU, A. de. A metástase: O assassinato de Marielle Franco e o avanço das milícias do Rio. **Piauí**, São Paulo, ano 13, n. 150, p. 18-25, mar. 2019.

ARAÚJO, V. O GLOBO localiza duas pessoas que viram assassinato de Marielle e Anderson Gomes. **O Globo**, Rio de Janeiro, 1 abr. 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/o-globo-localiza-duas-pessoas-que-viram-assassinato-de-marielle-anderson-gomes-22544802>> Acesso em: 22 abr. 2019.

ECO, U. **Seis passeios pelos bosques da ficção**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

GOLDMAN, A. What is justified belief? In: PAPPAS, G. S. **Justification and Knowledge**. Dordebrecht: Reidel Publishing Company, 1979, pp. 89-104. Disponível em <<http://www.andrew.cmu.edu/user/kk3n/epistclass/goldmanjust.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

LIMA, E. P. **Páginas ampliadas**: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. Edição. Tamboré: Manole, 2004.

LISBOA, S.; BENETTI, M. O jornalismo como crença verdadeira justificada. **Brazilian Journalism Research**, São Paulo, v. II, n. 2, p. 10-29, 2015.

LUKÁCS, G. **Estética, vol. 1**. Barcelona: Grijalbo, 1974.

MAFFESOLI, M. **O conhecimento comum**: introdução a uma sociologia compreensiva. Porto Alegre, Sulina, 2010.

\_\_\_\_\_. **Homo eroticus**: comunhões emocionais. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

MORETZSOHN, S. **Pensando contra os fatos**: jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

OTAVIO, C.; ARAÚJO, V. Curicica afirma estar sendo coagido a assumir assassinato de Marielle e caso pode passar para a PF. **O Globo**, Rio de Janeiro, 20 set. 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/curicica-afirma-estar-sendo-coagido-assumir-assassinato-de-marielle-caso-pode-passar-para-pf-23087471>> Acesso em: 23 abr. 2019.

PINTO, A. E. dos. S. **Jornalismo diário**: reflexões, recomendações, dicas e exercícios. São Paulo: Publifolha, 2009.

POST-TRUTH. In: LEXICO Dictionary powered by Oxford. Disponível em: <<https://www.lexico.com/en/definition/post-truth>> Acesso em: 12 jun. 2019.

WEBER, M. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WERNECK, A. Exclusivo: testemunha envolve vereador e miliciano no assassinato de Marielle Franco. **O Globo**, Rio de Janeiro, 8 maio 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/exclusivo-testemunha-envolve-vereador-miliciano-no-assassinato-de-marielle-franco-1-22662903>> Acesso em: 22 abr. 2019.

WERNECK, H. A arte de sujar os sapatos. In: TALESE, G. **Fama & anonimato**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, Pósfácio.

WOLTON, D. **É preciso salvar a comunicação**. São Paulo: Paulus, 2006.